

---

# REGIMES JURÍDICOS DO PETRÓLEO NA FEDERAÇÃO RUSSA

LEGAL OIL REGIMES IN RUSSIAN FEDERATION

Marina Olegovna Goncharenok Lobato | [Marina.ogt@gmail.com](mailto:Marina.ogt@gmail.com)

## Resumo

O artigo traça um panorama acerca da regulação do petróleo na Rússia desde o período czarista, passando pela União Soviética até chegar ao momento presente. Assim, o estudo apresenta os diferentes regimes jurídicos de exploração do petróleo na Rússia, de modo a contextualizar o enquadramento jurídico dos investimentos estrangeiros. Por fim, o artigo traça a política atualmente em vigor para a produção e exploração de hidrocarbonetos, concedendo enfoque às atividades offshore e ao plano de manejo da Zona do Ártico. Assim, analisam-se dois regimes jurídicos, licenciamento e acordos de partilha de produção, de modo a oferecer um entendimento mais acurado acerca da atual regulamentação dessa área que possui relevância ímpar para a economia da Federação Russa.

## Palavras-chave

aspectos históricos da regulamentação de petróleo na Rússia; regimes jurídicos da indústria de petróleo; licenciamento; acordos de partilha de produção; investimentos estrangeiros

## Abstract

The paper traces a panorama of the oil regulation in Russia from the tsarist period, through the Soviet Union to the present moment. Thus, the paper presents the different legal regimes of oil exploration in Russia, in order to contextualize the legal framework of foreign investments. Finally, the paper outlines the policy currently in force for the production and exploitation of hydrocarbons, focusing on offshore activities and the management plan of the Arctic Zone. The paper analyzes the legal regimes of licensing and of production sharing in order to provide a better understanding of the current regulation of this area. It should be highlighted that this area has a unique relevance to the economy of the Russian Federation.

## Keywords

historical aspects of oil regulation in Russia; legal regimes of the oil industry; licensing; production sharing agreements; foreign investments.



## Introdução

O presente artigo propõe analisar os regimes jurídicos de petróleo na Rússia. Inicialmente, serão abordados principais aspectos históricos da sua regulamentação, considerando que, tradicionalmente, as normas que regulamentavam o petróleo na Rússia faziam parte de documentos normativos mais gerais sobre a mineração. O artigo perpassará pela análise de principais documentos normativos de três períodos do Direito de Mineração: legislação de mineração no período do Império Russo, no período da União Soviética e na etapa atual de seu desenvolvimento. Assim como abordará as questões relevantes como a propriedade e o direito de uso do subsolo, inclusive petróleo, nos documentos jurídicos mais relevantes.

Uma ênfase será dada à análise de legislação que regulamenta o petróleo no período atual que é caracterizado pela ausência de um documento normativo único. Nesse contexto, serão analisadas as principais leis, como, por exemplo, a Lei Federal de Subsolo,<sup>1</sup> a Lei Federal sobre Acordos de Partilha de Produção,<sup>2</sup> a Lei Federal sobre Plataforma Continental da Federação Russa entre outros.

O artigo analisará de forma mais detalhada os regimes jurídicos da indústria de petróleo, como licenciamento e acordos de partilha de produção, assim como, tratará das suas principais características. Ressalta-se, contudo, que os acordos de partilha de produção que estão em vigor atualmente foram firmados antes de entrada em vigor da Lei sobre Acordos de Partilha de Produção e, portanto, os direitos das partes são regidos pelas previsões dos próprios acordos, como resultado, a lei posterior não é aplicada aos três acordos.

Como o uso de subsolo é considerado uma atividade onerosa, o artigo analisará, de forma sucinta, o sistema de pagamentos, previstos tanto na Lei de Subsolo, quanto na legislação tributária, principalmente, no Código Tributário da Federação Russa. Em seguida, serão traçadas algumas peculiaridades sobre a regulamentação da atividade do Investidor estrangeiro na Federação Russa, sendo que, há possibilidade de certas limitações pelo Estado.

Por fim, serão abordados alguns aspectos da política de petróleo atual na Federação Russa, ressaltada a relevância de produção e de exportação de hidrocarbonetos para economia do país. A necessidade de diversificação de mercados tradicionais, a política energética, programas de proteção ambiental e a importância de criação da legislação específica sobre Ártico são algumas das prioridades do Estado que serão traçados no artigo.

## 1. Aspectos Históricos da Regulamentação do Petróleo na Rússia

Pode-se demonstrar de forma breve que, desde o Séc. XVIII, houve uma regulamentação da produção de petróleo na Rússia. Essa regulamentação, por sua vez, fez parte dos documentos normativos que tratavam da mineração. Há quem destaque três principais períodos no desenvolvimento da legislação sobre a mineração: a legislação de mineração no período do Império Russo, no período da União Soviética e na etapa atual de seu desenvolvimento.<sup>1</sup> O primeiro documento normativo, que deu origem à regulamentação de mineração, é considerado *Указ “Об учредении Приказа Рудоконных дел”* (o Decreto “Sobre o Estabelecimento da Ordem dos Assuntos Mineiros” (tradução livre)) de Pedro I de 1700. Por meio desse documento foi criado um órgão competente para as questões de busca e de exploração de minérios.<sup>2</sup> Em 1719, Czar Pedro I editou um novo *Указ “Об учреждении Берг-Коллегиума для введения в оном дел о рудах и минералах”* (Decreto “Sobre o estabelecimento de um “Berg-Collegium” para conduzir as questões relativas aos minérios e minerais” (tradução livre)). O “Berg-collegium” era um órgão do Império que lidava com a regulamentação das questões relativas aos minérios e minerais.<sup>3</sup> O Decreto ainda previa a permissão de procurar, extrair e fundir todos os tipos de metais, contudo, após a descoberta, o Berg-Collegium devia conceder uma permissão oficial para a exploração.<sup>4</sup> É relevante ressaltar ainda que, nesse período, foi considerado que tudo aquilo, que se encontrava no subsolo, pertencia ao Império, portanto, todos aqueles que exploravam deviam pagar 1/10 dos seus ganhos ao Império de tributo.<sup>5</sup> Podia haver isenção de pagamento por um período determi-

nado caso os ganhos líquidos fossem menores que os investimentos na exploração.<sup>6</sup>

As fábricas e usinas podiam ser tanto de propriedade do Império, quanto privadas. No período da regência da Czarina Anna Ioanovna, em 1740, foi determinada a política de privatização das usinas que pertenciam ao Império, uma vez que o mesmo não possuía verba suficiente para modernização e o aumento da produção.<sup>7</sup>

O início da regência da Czarina Catarina II caracterizou-se pela política de nacionalização de usinas e fábricas privatizadas. Como resultado dessa política, dois terços de fábricas e usinas ficaram sob o controle do Império.<sup>8</sup> Contudo, novamente, a falta de investimentos para a modernização provocou a diminuição de produção. Como resultado, no *Манифест 28 июня 1782 г.* (Manifesto de 28 de junho de 1782 (tradução livre)), foi reconhecido o direito de propriedade de terra e de subsolo e, com isso, os proprietários de solo se tornaram os donos de subsolo e passaram a possuir o direito de exploração.<sup>9</sup> Tal política do Império, no entanto, foi limitada ao decorrer dos dez anos seguintes por outros atos normativos. Assim, o Decreto da Catarina II de 1792 previa a possibilidade de uma forma de desapropriação das terras nas quais fossem descobertos metais preciosos e minerais.<sup>10</sup>

Posteriormente, elaborou-se a *Устав Горный Российской Империи* (Carta de Mineração do Império Russo (tradução livre)) em 1832.<sup>11</sup> Em 1842<sup>12</sup>, a Carta foi ampliada e revista, sendo que foram introduzidos artigos específicos que continham normas sobre as peculiaridades da exploração dos campos de petróleo.<sup>13</sup> As Cartas posteriores ampliavam o rol de normas que tratavam da exploração de petróleo, especificando as condições de busca e de exploração, assim como mecanismos e instituições competentes para o controle.<sup>14</sup>

Na Carta de Mineração do Império Russo de 1893, o Capítulo IV era composto de 74 artigos e regulamentava, entre outras questões, a busca e a exploração de petróleo nas terras pertencentes ao Império e nas terras privadas.<sup>15</sup> Assim, os proprietários de terras, pessoas físicas ou organizações, tiveram privilégios na exploração de

petróleo, contudo, caso não fosse possível a exploração, as terras deviam ser vendidas e podiam ser até confiscadas.<sup>16</sup> Certas categorias precisavam de uma permissão oficial do Ministro da Agricultura e da Propriedade do Estado<sup>17</sup> (tradução livre) para a busca e a exploração, entre eles eram estrangeiros.<sup>18</sup> Outros não precisavam, em regra, de uma licença para a busca quando não havia perfuração de superfície; com a perfuração precisava-se de uma permissão do governo local que tinha a duração de um ano, em regra, e que garantia a exclusividade na busca.<sup>19</sup>

Os particulares podiam arrendar as terras do Império onde havia comprovadamente petróleo para a exploração. Com isso, deviam realizar um pagamento único (bônus) ou em uma espécie de royalties.<sup>20</sup>

Além da Carta de Mineração, houve um número bastante amplo de Instruções do Ministro da Agricultura e da Propriedade do Estado, regulamentando a busca, exploração, as questões de segurança, transporte, dentre outras.<sup>21</sup>

No período da União Soviética, por meio do Decreto de 26 de outubro de 1917, o *Декрет “О Земле”*, (Decreto “Sobre a Terra” (tradução livre)), proclamou a nacionalização da terra e de todos os recursos naturais, em particular, do subsolo. O Estado era o único proprietário tanto de terra, quanto de subsolo.<sup>22</sup> Em 1920, foi elaborado o *Декрет “О Недрах Земли”* (Decreto “Sobre o Subsolo” (tradução livre)), que serviu de base para o posterior *Горное положение Союза ССР* (Estatuto de Mineração da União Soviética – (tradução livre)) em 1927.<sup>23</sup> Nos anos seguintes, foram elaboradas leis específicas sobre o subsolo em várias repúblicas-membros da União Soviética.<sup>24</sup>

Ressalta-se que, no período de março de 1921 e novembro de 1929, foi promovida a *НЭП - Новая Экономическая Политика* (Nova Política Econômica (tradução livre)), cujo objetivo, dentre outros, foi superar a crise econômica e restaurar a economia nacional por meio de apoio à iniciativa privada e ao estabelecimento de relações de mercado.<sup>25</sup> A crise foi provocada tanto pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, quanto pela Guerra Civil com o “comunismo militar”.<sup>26, 27</sup> Assim, já em 1921, o

legislador passou a vislumbrar a desnecessidade de uma regulamentação exagerada da atividade econômica privada pelas autoridades locais. As indústrias pequenas foram submetidas ao regime simplificado de registro. Além disso, foi prevista a desnacionalização dos empreendimentos pequenos e artesanais.<sup>28</sup>

A *Горный закон РСФСР* (Lei de Mineração da República Soviética Socialista Russa (tradução livre)) de 1928, no seu artigo primeiro,<sup>29</sup> previa que o Estado na figura de “trabalhador rural ou urbano” é o proprietário do subsolo, e que o subsolo podia ser explorado por particulares somente por meio de uma permissão do governo, seja por meio da realização de um concurso ou sem o mesmo.<sup>30</sup> O possuidor do direito de uso do subsolo podia transferir ou cessar, integralmente ou parcialmente, seu direito de uso. Além disso, a concessão da exploração do subsolo foi sujeita ao pagamento de uma taxa.<sup>31</sup> Conforme o artigo 109 a da Lei de Mineração da República Soviética Socialista Russa, o primeiro descobridor devia pagar 5% da extração real ao Estado, quando se trata da exploração de petróleo. A participação de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras podia acontecer somente após uma permissão expressa do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética (tradução livre)<sup>32</sup>, conforme o artigo terceiro da Lei de Mineração da República Soviética Socialista Russa.<sup>33</sup>

Em 1975, o Conselho Supremo da União Soviética editou “*Основы законодательства Союза ССР и союзных республик о недрах*” (As Bases da Legislação da União Soviética e das Repúblicas Soviéticas sobre o Subsolo (tradução livre)) que serviram de suporte à elaboração do *Кодекс РСФСР о недрах* (Código de Subsolo da República Soviética Socialista Russa (tradução livre)) de 1976 que ficou em vigor até 1992.<sup>34</sup> O Código de Subsolo era bastante detalhado, no entanto, na prática, tanto as Bases da legislação da União Soviética sobre o subsolo, quanto o Código foram substituídos pelos atos administrativos do governo e dos ministérios.<sup>35</sup>

Nos anos de 1990, com a fim da União Soviética e a assinatura em 1992 do *Федеративный Договор* (Pacto Federativo (tradução livre))<sup>36</sup> começa o novo período moderno. O Pacto Fe-

derativo deu a base para a Constituição da Federação Russa de 1993. Ressalta-se ainda que, em 1992, foi aprovada a *Закон РФ “О недрах”* (Lei Federal de Subsolo (Lei n. 2395-1 de 21.02.1992) (tradução livre)<sup>37</sup> que, entre outras, regulamentou as questões relativas ao petróleo; essa mesma Lei foi significativamente modificada em 1995, assim como, foram acrescentados 11 novos artigos.<sup>38</sup> No mesmo período, outros documentos normativos foram elaborados. Em conjunto, eles constituem o sistema jurídico que regula relações na área: *Федеральный закон “О соглашениях о разделе продукции”* (Lei Federal sobre Acordos de Partilha de Produção (Lei Federal n. 225-ФЗ de 30.12.1995) (tradução livre)<sup>39</sup>; *Федеральный закон “О континентальном шельфе Российской Федерации”* (Lei Federal sobre Plataforma Continental da Federação Russa (Lei Federal n. 187-ФЗ de 30.11.1995) (tradução livre))<sup>40</sup>; *Федеральный закон “Об иностранных инвестициях в Российской Федерации”* (Lei Federal sobre Investimentos Estrangeiros na Federação Russa (Lei Federal n. 160-ФЗ de 9.07.1999) (tradução livre));<sup>41</sup> *Федеральный закон “О промышленной безопасности опасных производственных объектов”* (Lei Federal de Segurança Industrial de Instalações de Produção Perigosa (Lei Federal n. 116-ФЗ de 21.07.1997) (tradução livre))<sup>42</sup>; *Федеральный закон “О таможенном тарифе”* (Lei Federal de Tarifa Alfandegária (Lei Federal n. 5003-1 de 21.05.1993) (tradução livre))<sup>43</sup> entre várias outras leis, como Código Civil e Código Tributário Nacional, além de diversos regulamentos.<sup>44</sup>

## 2. Regulamentação Jurídica de Petróleo na Contemporaneidade

A ausência de um documento normativo único que regule as relações na área de petróleo é uma peculiaridade do regime jurídico de petróleo na Rússia. Como resultado, vários documentos normativos devem ser analisados para o entendimento de um sistema complexo e, por vezes, contraditório, isso em razão da ausência de normas unificadas.<sup>45</sup>

Na realidade, entre 1993 e 1995, houve um projeto de lei de petróleo<sup>46</sup> que não entrou em vigor. Seus principais objetivos foram, segundo

seu artigo primeiro: o estabelecimento das bases das relações decorrentes dos negócios de petróleo e produtos petrolíferos na Federação Russa; a garantia da unidade do espaço econômico; a garantia de direitos e interesses legais de pessoas jurídicas e físicas, assim como, a regulamentação de todas as questões relativas ao petróleo e o estabelecimento de um funcionamento efetivo dos mercados de petróleo e dos produtos petrolíferos. Esse projeto de lei foi adotado pela Duma<sup>47</sup> (câmara baixa do parlamento da Federação Russa) e foi aprovado pelo Conselho da Federação<sup>48</sup> (senado do parlamento da Federação Russa), no entanto, foi vetado pelo presidente.<sup>49</sup>

## 2.1. Regimes Jurídicos de Petróleo na Federação Russa

O Estado Federal é considerado o proprietário do petróleo quando o mesmo se encontra no subsolo, como previsto na Lei Federal de Subsolo (Lei n. 2395-1 de 21.02.1992) no seu artigo 1.2. Por sua vez, a disposição e a exploração do subsolo dependem de regulação conjunta da Federação e de todos os seus membros, conforme o mesmo artigo. Ressalte-se, ainda, que a exploração e a disposição de petróleo no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental são de competência da Federação Russa e constituem “parcelas de subsolo de significado federal” (tradução livre)<sup>50</sup>, conforme o artigo 2.1 da Lei de Subsolo. Segundo Perchik, o subsolo dentro do território da Federação Russa é de propriedade da própria federação, enquanto que, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, o Estado exerce seus direitos soberanos e jurisdição reconhecidos pelos documentos normativos internacionais e pela legislação russa.<sup>51</sup> Assim, o Estado possui o direito de propriedade do subsolo e de seus recursos naturais. No entanto, após a extração de petróleo, são possíveis diversas formas de propriedade dos hidrocarbonetos a depender do regime jurídico adotado no caso concreto.

É possível verificar a combinação de métodos administrativos específicos para o regime de licenciamento e de civis específicos para o regime de partilha de produção na regulação do uso de subsolo.<sup>52</sup> Ressalte-se, contudo, a maior relevância e frequência da utilização do regime de licenciamento no uso de subsolo. Com isso,

o investidor estrangeiro, que tem interesse em explorar áreas de petróleo, deve se submeter a processo licitatório.

Na hipótese de extração de petróleo, após a obtenção de licença por via licitatória, quem se torna seu proprietário, converte-se no titular do direito de usar o subsolo. O possuidor de licença torna-se o proprietário do petróleo no momento da extração.<sup>53</sup> Já no regime de partilha de produção, a situação é diversa: todo o petróleo obtido na exploração é de propriedade do Estado até o momento da divisão da produção. Como pontua Perchik, esse momento de divisão, na maioria das vezes, ocorre na saída do hidrocarboneto do campo de petróleo ou na entrada do oleoduto principal.<sup>54</sup> No artigo oitavo da Lei Federal sobre Acordos de Partilha de Produção é previsto como acontece partilha da produção entre o investidor e o Estado.

### 2.1.1. Regime Licitatório

O processo licitatório está previsto no artigo 11 da Lei Federal de Subsolo. Essa Lei traz as principais características do processo licitatório, contudo, há outros documentos normativos que trazem previsões mais detalhadas, como, por exemplo, o “*Положения о порядке лицензирования пользования недрами*” (Regulamento sobre o Procedimento de Licenciamento do Uso de Subsolo n. 3314-1 de 15.07.1992 (tradução livre))<sup>55</sup>.

O processo licitatório representa o procedimento unificado que permite a concessão de diversos tipos de licenças para a garantia dos programas da Federação Russa para seu desenvolvimento econômico e industrial. De acordo com o artigo 6.1 do Regulamento sobre o Procedimento de Licenciamento do Uso de Subsolo, há licenças para o estudo geológico de recursos de subsolo, para extração de recursos naturais, para a construção e operação de estruturas subterrâneas, que não se relacionam com a extração entre outras. Possibilita-se a expedição de licença combinada, o que dá direito ao usuário do subsolo, tanto de proceder a estudos geológicos, quanto de sua posterior exploração. Há certas peculiaridades para as licenças do uso do subsolo na plataforma continental e dentro da zona econômica exclusiva da Federação Russa que estão previstas no ar-

tigo 12 do Regulamento sobre o Procedimento de Licenciamento do Uso de Subsolo como, por exemplo, a observância de requisitos adicionais e a elaboração de um regime específico em conjunto com os órgãos que garantem a proteção de fronteiras do Estado Russo.

Conforme o artigo 15 da Lei de Subsolo, deve ser garantida a igualdade de oportunidades para todas as pessoas jurídicas e físicas na obtenção de licenças. Há duas modalidades de licitação para o uso de subsolo e para a celebração do acordo de partilha de produção: leilão<sup>56</sup> e concorrência<sup>57</sup>, cuja previsão encontra-se no artigo 13.1 da Lei de Subsolo. O leilão deve ser entendido como uma modalidade na qual se declara vencedor aquele que oferecer o maior lance, em parcela única, sendo este igual ou superior ao valor estabelecido na avaliação, sendo que o leilão pode possuir forma aberta ou fechada.<sup>58</sup> Por outro lado, na concorrência, deve ser provada a posse de tecnologia e conhecimentos pela concorrente, bem como a qualidade e a viabilidade técnica do projeto, assim, como, a efetividade dos resultados da prospecção, isso levando em conta a necessidade de respeitar-se o meio ambiente e de servir ao desenvolvimento econômico-social *in loco* do território. A concorrência pode ser aberta a todos os interessados ou fechada a um número restrito de participantes. Nessa última hipótese, a licitação ocorre mediante convite aos possíveis interessados que a comissão de licitação identifica como convenientes ao certame.<sup>59</sup>

A informação sobre leilões e concorrências encontra-se publicada nos sítios oficiais do governo russo, em um prazo mínimo de 90 dias antes do dia do processo licitatório na modalidade concorrência e 45 dias na modalidade de leilão, conforme dispõe o artigo 13.1 da Lei de Subsolo. O acesso a tais informações pode ser obtido no sítio oficial da Agência Federal para o Uso de Subsolo (Rosnedra) (tradução livre)<sup>60</sup>, órgão responsável pela administração da propriedade estatal em esfera de uso de subsolo e está sob a autoridade do Ministério dos Recursos Naturais e Ecologia (tradução livre).<sup>61</sup> As principais funções da Agência Federal são: organização de estudos geológicos do subsolo, realização de exame dos projetos de exploração geológica, organi-

zação de processo licitatório na modalidade leilão e concorrência, emissão e registro de licenças para o uso de subsolo, assim como sua suspensão e o término, organização da exploração geológica do subsolo, entre várias outras funções, previstas no “*Положения о Федеральном агентстве по недропользованию*” (Regulamento sobre a Agência Federal para Uso de Subsolo de 17.06.2004 (tradução livre)).<sup>62,63</sup>

No artigo 14 estão estabelecidas as razões de recusa de um pedido de participação no processo licitatório. Dentre outras razões, destaque-se: a violação dos requisitos e das condições pré-estabelecidos, o oferecimento de dados falsos, a falta de provas de possuir especialistas qualificados, meios financeiros e técnicos necessários e o não cumprimento de requisitos previstos na legislação dos antimonopólios.

A licença representa, portanto, uma permissão especial de uso do subsolo dentro do território específico, por prazo determinado, conforme o disposto do artigo 11 da Lei de Subsolo. Além disso, a licença deve conter dados sobre o usuário do subsolo, sobre o órgão que concedeu a licença e a base para a concessão, indicação dos limites do subsolo, o período de validade da licença, condições associados aos pagamentos cobrados sobre o uso do subsolo, o nível de extração entre outros previstos nas disposições normativas como, por exemplo, o artigo 12 da Lei de Subsolo. Pode existir um contrato entre os órgãos competentes à emissão da licença e o usuário do subsolo, hipótese em que haverá a especificação de condições de licença, com base no artigo 11 da Lei de Subsolo.

É relevante ressaltar ainda que, como regra geral, não há a possibilidade de transferência do direito de uso de subsolo e, conseqüentemente, da licença de uso de subsolo a terceiros, salvo nos casos previstos na própria Lei de Subsolo, conforme artigo 17.1 da Lei de Subsolo. A Lei de Subsolo prevê a possibilidade de transferência do direito de uso sem a necessidade de participar em concurso em casos de reorganização da pessoa jurídica, conforme previsão legal da legislação russa (transformação de forma organizacional e legal, fusão, divisão); em casos de cessação de atividades e sua adesão à entidade jurídica diversa que preencha os requisitos para prosseguir com

as atividades especificadas na licença (entre outros, recursos e meios técnicos e financeiros, especialistas qualificados para a execução dos trabalhos com segurança); transferência do direito de uso de uma sociedade empresária matriz para a sua filial e vice-versa; aquisição da propriedade da sociedade empresária decretada falida entre outros casos expressamente previstos no artigo 17.1 da Lei de Subsolo.

Assim, somente nos casos expressamente previstos na legislação será permitida a transferência do direito de uso de subsolo, em hipótese em que a licença, nesse caso será reeditada.

### 2.1.2. Regime de Acordos de Partilha de Produção

Por outro lado, há outro regime, chamado de regime de partilha de produção. Nesse modelo, o estado é entendido como o proprietário do petróleo extraído. O modelo de partilha de produção está previsto na Lei Federal sobre os Acordos de Partilha de Produção. Com base em seu artigo primeiro, essa Lei representa a base jurídica para as relações “do processo de investimento russo e estrangeiro na busca, exploração e produção de matérias-primas minerais no território da Federação Russa, bem como na plataforma continental e ou dentro da zona econômica exclusiva da Federação Russa com base em acordos de partilha de produção” (tradução livre)<sup>64</sup>, como a própria lei explícita. O artigo oitavo da mesma Lei prevê como há o compartilhamento da produção e intensifica que a partilha depende do acordo firmado entre o Estado e o investidor. Segundo Natalia Ivanovna Zerschikova, os contratos de partilha de produção podem ser entendidos como contratos de direito civil e contratos de investimento que possuem a forma de uma concessão econômica, portanto, são considerados “contratos comerciais mistos”.<sup>65</sup>

O contrato com investidor é firmado em uma base reembolsável e por um período determinado: o investidor recebe direitos exclusivos de pesquisa, exploração e extração de recursos naturais na área específica.<sup>66</sup> Com isso, ele compromete-se a realizar os trabalhos por sua conta e risco. Trata-se de um contrato em que as partes acordam, inclusive, em relação a questões tributárias, desse modo, aplica-se um regime tribu-

tário especial baseado na parte 26.4 do Código Tributário da Federação Russa de 05.08.2000, Lei Federal n. 117-~~Φ~~3<sup>67</sup>: uma parcela dos tributos é substituída por uma parte dos recursos extraídos.<sup>68</sup> São dois grupos de pagamentos que devem ser realizados pelo investidor: pagamentos previstos no próprio acordo de partilha de produção<sup>69</sup> e pagamento referente aos custos tributários.<sup>70</sup> Não se deve perder de vista que acordo deve prever todas as condições específicas e necessárias para o uso do subsolo e seu posterior manejo.

Ressalte-se que, esse tipo de acordo de partilha de produção pode ser firmado somente em relação às parcelas do subsolo que façam parte de uma lista específica e previamente determinada por uma Lei Federal.<sup>71</sup> A partilha de produção, por sua vez, também não é representada por uma única forma, podendo ser a “partilha direta” e indireta<sup>72</sup> ou “direta e regular”<sup>73</sup>.

Atualmente, na Rússia há três campos petrolíferos explorados com base nos acordos de partilha de produção: Xarjaginskoe<sup>74</sup>, Sakhalin-1<sup>75</sup> e Sakhalin-2<sup>76</sup>. Eles foram firmados antes da entrada em vigor da Lei sobre Acordos de Partilha de Produção. Nesses três, há a participação de investidores estrangeiros. No entanto, são bastante comuns as críticas de diversas naturezas à atuação de investidores estrangeiros nesses três projetos.<sup>77</sup> Como também não é rara a formulação de críticas em relação à Lei sobre Acordos de Partilha de Produção que, em tese, estaria maculada por uma “inoperabilidade fática” decorrente de um procedimento bastante complexo e burocratizado.<sup>78</sup> Como pontua Pivanova, o regime de partilha de produção é pouco funcional, posto que menos de 1% de hidrocarbonetos são explorados por meio desses projetos.<sup>79</sup> Além disso, o procedimento para exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental, com base no regime de partilha de produção, é de difícil cumprimento, uma vez que o mesmo possui condições não realizáveis ou, ainda, condições que se excluem mutuamente.<sup>80</sup>

Além disso, é relevante mencionar a existência de aspirações e críticas quanto à necessidade de procederem a modernizações tanto na Lei de Subsolo, quanto em outros documentos normativos, de modo a se permitir um maior aporte

de investimentos estrangeiros e nacionais.<sup>81</sup> As sociedades empresárias russas que atuam na área também precisam do aporte de investimentos e de tecnologias de ponta, o que pode ser oferecido pelo investidor estrangeiro que tenha seus interesses garantidos e seus riscos minimizados.<sup>82</sup>

### 2.1.3. O Uso do Subsolo como Atividade Onerosa

Como já mencionado, o uso do subsolo representa uma atividade exercida mediante contraprestação onerosa. Além da onerosidade de cunho contratual, no caso de um acordo de partilha de produção ou de cunho licitatório na hipótese de licenças diversas, há a incidência de diversos tributos conforme o regime jurídico adotado em cada caso concreto. Assim, produz-se um sistema complexo de pagamentos no uso do subsolo. Entre todos os pagamentos, em primeiro lugar, devem ser mencionados aqueles estabelecidos na própria Lei de Subsolo: alguns deles devem ser pagos uma parcela única, enquanto outros mediante prestação continuada.<sup>83</sup> Os pagamentos únicos, chamados de bônus, são cobrados quando ocorre um evento que especificado na licença. O valor mínimo estabelecido para os pagamentos únicos é de 10%, no entanto, será a licença que estabelecerá o valor final a ser pago pelo usuário do subsolo.<sup>84</sup> Os pagamentos realizados regularmente são relativos à concessão de direitos exclusivos de pesquisa e avaliação do subsolo, bem como à realização de estudos geológicos de avaliação do subsolo para a construção, dentre outras várias hipóteses.<sup>85</sup> Inclusive, não se deve perder de vista a existência de previsão de pagamento de taxas: pela obtenção de informações geológicas do subsolo, quando a pesquisa fora previamente realizada pelo estado, pela participação no leilão ou no processo de concorrência e pela emissão das licenças.<sup>86</sup>

Em segundo lugar, integram o rol de custos a serem suportados pelo usuário do subsolo os pagamentos estabelecidos na legislação tributária,<sup>87</sup> como, por exemplo, o imposto sobre a extração de minerais<sup>88</sup>, cuja regulamentação está prevista no Capítulo 26 do Código Tributário da Federação Russa.<sup>89</sup> Esse imposto é pago a depender do volume e da espécie de hidrocarboneto extraído, assim, por exemplo, com base no ar-

tigo 337 parte 2, alínea 3 do Código Tributário Nacional da Federação Russa, para fins de cálculo, o óleo deve ser “desidratado, dessalinizado e estabilizado”.

O usuário do subsolo deve ser arcar também com o imposto sobre os rendimentos de sociedades empresárias, que equivalente, em regra, a 20%. O capítulo 25 do Código Tributário Nacional prevê como deve ser calculado o tributo incidente sobre os lucros. Vale ressaltar que a citada norma permite a redução do valor das despesas incorridas. Em acréscimo, destaque-se a incidência do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), de 18%, pago em razão das vendas de bens, obras e serviços, conforme o artigo 154 do Código Tributário da Federação Russa, e também a incidência tributária sobre a importação de bens, segundo o artigo 151 do Código Tributário. No Capítulo 21, há a previsão de isenção quanto ao pagamento de IVA no caso de importação de equipamentos que não possuam análogos russos.

Por outro lado, mesmo não sendo um tributo, deve ser mencionado o fato gerador tributário na hipótese de exportação de petróleo e de alguns produtos derivados, tal como previsto no artigo 3.1 na Lei Federal de Tarifa Alfandegária.<sup>90</sup> Para fins de cálculo, não se considera o pagamento direto, mas indireto.<sup>91</sup> Além dos pagamentos brevemente mencionados, há outros, estabelecidos na legislação tributária da Federação Russa.

Ressalta-se, ainda, que os usuários do subsolo, com base no acordo de partilha de produção, possuem um regime específico previsto na Lei sobre Acordos de Partilha de Produção. No entanto, como todos os três acordos atualmente em vigor foram celebrados antes da vigência da nova normativa, conforme o artigo 39 parte 6 da Lei de Subsolo, aplicam-se as condições previstas nos próprios acordos de partilha de produção.

## 2.2. Regulamentação da Atividade do Investidor Estrangeiro

Em 1999, entrou em vigor a Lei Federal sobre Investimentos Estrangeiros (Lei Federal n. 160-Φ3 de 09.07.1999).<sup>92</sup> Conforme o artigo 6º da Lei, os investidores estrangeiros podem realizar diversos investimentos, desde que não proibidos

pela legislação da Federação. A pessoa jurídica estrangeira pode realizar suas atividades no território da Federação Russa por meio de uma filial, sendo necessária sua acreditação para o exercício de atividades, com base no artigo quatro parte 3, além disso, o investidor estrangeiro pode se tornar sócio de uma sociedade empresária russa quando adquire parte de sua composição societária, conforme dispõe o artigo quatro parte 6 da Lei Federal sobre Investimentos Estrangeiros na Federação Russa. Além disso, a Lei regulamenta diversas garantias do investidor estrangeiro, assim como, as etapas de seu registro e seus direitos no território da Federação Russa.

Segundo Morozova, o convencional para estruturar, na Rússia, um negócio entre investidores estrangeiros e parceiros russos é constituir uma *joint venture* por meio da criação de uma sociedade *offshore*.<sup>93</sup> Como explica Morozova, há duas razões principais para isso: por um lado, maiores vantagens tributárias e a proteção concedida por tratados de investimentos bilaterais e, por outro, o uso de regras previsíveis e já estruturadas de governança corporativa para regência da relação entre investidores estrangeiros e seus parceiros russos.<sup>94</sup> Nesse tocante, observa autora, a existência de permissivo na legislação russa que autoriza acordos corporativos entre seus membros e/ou acionistas, contudo, há controvérsia no tocante a interpretação da legislação russa como um todo e à definição da jurisprudência pelos tribunais da Federação Russa.<sup>95</sup>

Em alguns casos, pode haver limitação da participação de investidores estrangeiros, como, por exemplo, demonstram o artigo 2.1 parte 5 e o artigo 9º parte 3 da Lei de Subsolo. De acordo com o artigo 2.1, algumas parcelas de subsolo possuem status de “parcelas de subsolo de importância federal”<sup>96</sup> (tradução livre), a lista oficial dessas parcelas de subsolo é elaborada pelo governo da Federação Russa e atualizada frequentemente.<sup>97</sup> Em relação às parcelas de petróleo, essa lista inclui aquelas com reservas de petróleo a partir de 70 milhões de toneladas (artigo 2.1 parte 3.2) da Lei de Subsolo), como também parcelas situadas na plataforma continental da Federação Russa, nas águas marinhas internas e no mar territorial (artigo 2.1 parte 3.)).

No artigo 2.1 parte 5, há a previsão de que caso, durante o estudo geológico, o usuário do subsolo, pessoa jurídica com a participação de investidores estrangeiros ou sendo propriamente o investidor estrangeiro, descubra parcela do subsolo que seja considerada de relevância federal, segundo o artigo 2.1 parte 3 da Lei de Subsolo, o governo da Federação Russa pode se recusar a conceder a licença de exploração de campo petrolífero ou, sendo a licença combinada, o usuário do subsolo pode perder o direito de exploração, possuindo, todavia, direito a reembolso referente às despesas efetuadas, conforme o Regulamento específico de 2009.<sup>98</sup>

Como pontua Kvitko, há restrições que se aplicam não somente em relação aos investidores estrangeiros, como também aos investidores russos privados na obtenção de licenças para exploração de grandes campos de hidrocarbonetos e para áreas da plataforma continental. As parcelas do subsolo consideradas de importância federal são de propriedade do Estado e somente investidores russos e empresas estatais com experiência de, no mínimo cinco anos, podem ter pretensão de participar em um licenciamento para desenvolver um campo petrolífero *offshore*.<sup>99</sup> Segundo Pivanova, somente duas sociedades empresárias na Rússia correspondem a esses critérios: as duas são as sociedades anônimas abertas “Gazprom” e “Rosneft”.<sup>100</sup>

O artigo 9º, parte 3, da Lei de Subsolo prevê que somente pessoas jurídicas constituídas de acordo com as disposições da legislação da Federação Russa e que possuam experiência no desenvolvimento de parcelas do subsolo da plataforma continental, a não menos de cinco anos, podem ser usuárias do subsolo de parcelas de importância federal da plataforma continental da Federação Russa e do subsolo do território da Federação da Rússia que se estendem até à sua plataforma continental. Além disso, o mesmo artigo estabelece que o capital social pertencente ao Estado seja superior a 50% e/ou em relação aos quais a Federação Russa possua o direito de dispor, direta ou indiretamente, de mais de cinquenta por cento do número total de votos atribuíveis às ações votantes (*stakes*), que constituem os capitais sociais dessas sociedades empresárias. Como resultado dessa imposição

normativa, mesmo a participação do investidor russo privado fica praticamente inviabilizada nos campos petrolíferos *offshore*.

No entanto, é de conhecimento comum que, para realização de pesquisas na plataforma continental, o aporte de investimentos estrangeiros é extremamente relevante. Com isso, segundo Pivanova, as condições fiscais e legais devem ser favoráveis para o melhor proveito do potencial da plataforma continental, mesmo porque os projetos *offshore* são de longa duração e exigem investimentos bastante vultosos, isso sem mencionar a atual dependência das sociedades empresárias russas à aquisição de tecnologias estrangeiras, bem como a necessidade de superar a falta de infraestrutura a fazer frente aos desafios da exploração dos recursos naturais na plataforma continental.<sup>101</sup>

É relevante ressaltar ainda que, no âmbito internacional, a Federação Russa assinou a Convenção de Nova York sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958, sendo que a mesma foi ratificada e entrou em vigor em 1960<sup>102</sup>, com isso, uma decisão arbitral estrangeira pode ser reconhecida e executada na Federação Russa, desde que cumpridas as exigências elencadas na própria Convenção. Por essa razão, pode haver a previsão de cláusula arbitral com investidor estrangeiro que imponha a análise de controvérsia eventualmente surgida por tribunal arbitral estrangeiro com o posterior reconhecimento e execução da decisão no território russo.

Por outro lado, o país adotou a *Федеральный закон “О международном коммерческом арбитраже”* (Lei de Arbitragem Comercial Internacional (Lei n. 5338-1 de 7.07.1993 1993) (tradução livre)).<sup>103</sup> Essa Lei é aplicável quando uma das partes possuir a sede de seu estabelecimento comercial no estrangeiro, diante da presença substancial de obrigações a serem cumpridas no estrangeiro, quando o objeto da disputa possuir forte ligação ou fortes vínculos com lugar situado no estrangeiro ou, por último, na hipótese de haver disputas surgidas em relação aos investimentos estrangeiros na Federação Russa ou de investimentos russos no estrangeiro, conforme o disposto no artigo primeiro, parte 3, da Lei de Arbitragem Comercial Internacional.

Inclusive, registre-se que a Federação Russa possui um grande número de tratados bilaterais de investimentos (*bilateral investment treaties (BITs)*) que têm como objetivo oferecer garantias adicionais ao investidor estrangeiro do país com qual fora firmado tratado bilateral de investimentos. No momento, há tratados cuja validade expirou, há os assinados que não entraram em vigor e outros, a grande maioria, que estão em vigor. De acordo com os dados publicados no sítio oficial de [Investment Policy Hub](#), atualmente, 63 tratados bilaterais de investimentos com a Federação Russa estão em vigor.<sup>104</sup>

Como pontua Rachkov, com base no artigo 15 parte 4 da Constituição da Federação Russa e no artigo 5º ponto 3 da *Федеральный закон “О международных договорах Российской Федерации”* (Lei Federal sobre os Acordos Internacionais da Federação Russa (Lei Federal n. n. 101-ФЗ de 15.07.1995) (tradução livre))<sup>105</sup>, os tribunais russos devem aplicar os tratados bilaterais de investimentos de forma direta, todavia, na prática, é rara sua aplicação.<sup>106</sup> O Rachkov pontua que, de 1992, quando foram criados os tribunais arbitrais na Rússia, até 2016 somente 11 acordos bilaterais foram mencionados em atos arbitrais; no caso os acordos com a Bulgária, Itália, Cazaquistão, Chipre, EUA, Ucrânia, França, Alemanha, Suécia, Suíça e Iugoslávia.<sup>107</sup>

### 3. Política da Federação Russa em Relação à Produção e Exportação de Hidrocarbonetos

A economia da Federação Russa depende fortemente da indústria de petróleo e de gás e de sua exportação, portanto, o país tem interesse em manter níveis altos na produção e exportação de hidrocarbonetos. No quadro atual, verifica-se a importância da descoberta de novos campos petrolíferos *onshore*, assim como, a necessidade de pesquisa e de exploração de zonas na plataforma continental russa (*offshore*).

Em contrapartida, verifica-se também a necessidade russa de diversificar os mercados de exportação que, tradicionalmente, foram representados pelos países da Europa.<sup>108</sup> Ressaltam Natalya Morozova e Rob Patterson que a situação geopolítica foi agravada em razão das sanções aplica-

das à Federação Russa pelos Estados Unidos e pela União Europeia, inicialmente, por causa do conflito com a Ucrânia. Tal fato dificultou o financiamento externo de certos projetos de alto custo e o acesso às tecnologias de ponta.<sup>109</sup> Em concreto, foram afetados vários projetos desenvolvidos na plataforma continental da Federação Russa.<sup>110</sup> O agravamento do quadro ocorreu com a afetação negativa das receitas da Federação Russa em virtude da queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional no período 2015-2016.<sup>111</sup>

De acordo com os dados oficiais da Agência Federal Russa de Estatística, Rosstat<sup>112</sup>, que não contabiliza nos seus dados o condensado de gás, a produção diária foi de 10,39 milhões de barris (10,39 bpd).<sup>113</sup> A produção total em 2017, incluindo o condensado de gás, foi de 546,7 milhões de toneladas.<sup>114</sup> Com base nos dados, oferecidos por Reuters<sup>115</sup>, no ano de 2017, a produção de petróleo na Rússia teve uma média diária de 10,98 milhões de barris (10,98 bpd), o que a colocou no primeiro lugar entre os países produtores de petróleo. Registre-se, contudo, que a produção foi reduzida propositalmente em razão do acordo assinado, inicialmente, em dezembro de 2016<sup>116</sup> e prorrogado mais duas vezes, com os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e com mais dez países não membros; o objetivo, entre outros, do acordo foi o de diminuir a produção, de modo a estabilizar o preço do petróleo no mercado internacional.<sup>117</sup>

De acordo com a agência de informação russa TASS<sup>118</sup>, a Federação Russa cumpriu o acordo em reduzir sua produção diária em 300 mil de barris em 2017.<sup>119</sup> Contudo, em março de 2018 o seu cumprimento foi de 93,4%.<sup>120</sup> Ressalte-se ainda que, em novembro de 2017, foi reafirmado o acordo entre os membros e não membros da OPEP por meio da Declaração de Cooperação que vigorará no ano de 2018 com a possibilidade de reajustes em junho de 2018, conforme os níveis de preço do mercado internacional de petróleo.<sup>121</sup>

Deve-se ressaltar ainda o crescente interesse do governo russo na zona Ártica que, em realidade, representa uma das regiões mais relevantes para a Rússia na exploração de recursos naturais. Com

o objetivo de desenvolver o Ártico, foram elaborados alguns documentos normativos estratégicos pelo governo como, por exemplo, “*Основы государственной политики Российской Федерации в Арктике на период до 2020 года и дальнейшую перспективу*” (“Os Fundamentos da Política do Estado da Federação Russa no Ártico até 2020 e além” (tradução livre)), adotada em 2008<sup>122</sup>; “*Стратегия развития Арктической зоны Российской Федерации и обеспечения национальной безопасности на период до 2020 года*” (“Estratégia de Desenvolvimento da Zona do Ártico da Federação Russa e a Garantia da Segurança Nacional para o Período até 2020” (tradução livre)), adotada em 2013<sup>123</sup>, assim como *Государственная программа Российской Федерации “Социально-экономическое развитие Арктической зоны Российской Федерации на период до 2020 года*” (o Programa Estatal sobre o “Desenvolvimento Social e Econômico da Zona Ártica da Federação Russa” de 2017 (tradução livre))<sup>124</sup>. Em 2015, foi criada uma [Государственная комиссия по вопросам развития Арктики](#) (Comissão governamental para analisar as questões relativas ao desenvolvimento do Ártico (tradução livre)).<sup>125</sup> Os principais objetivos da Comissão, dentre outros, são: 1) esclarecimento de metas e objetivos da política de Estado da Federação Russa no Ártico, levando em consideração as mudanças políticas internas e externas; 2) aumento de efetividade dos programas e projetos para um desenvolvimento estável da Zona Ártica; 3) coordenação das atividades dos órgãos executivos federais, locais e outras organizações e entidades.<sup>126</sup>

Contudo, mostra-se relevante a elaboração de uma lei específica que tratará de questões relevantes para o desenvolvimento da Zona de Ártico. A primeira versão do projeto de Lei foi elaborada em 1998 pelos membros do Conselho da Federação, mas, posteriormente, foram elaborados outros projetos: em 1999, pela *Duma*, câmara baixa do Parlamento Russo; em 2013, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional da Federação Russa em conjunto com o Instituto de Legislação e Direito Comparado; em 2014 e 2015, foram oferecidas mais algumas versões que não tiveram uma recepção adequada para se

tornarem leis efetivas.<sup>127</sup> Em realidade, a questão permanece em aberto. No entanto, há que se considerar que a Zona Ártica possui suas peculiaridades e que estas devem ser levadas em consideração no período de elaboração de uma norma geral para o desenvolvimento social e econômico da região.<sup>128</sup> Atualmente, o Ministério de Desenvolvimento Econômico está no processo de elaboração de um Novo Projeto de Lei para a Zona Ártica. De acordo com a Agência de Federação Russa TASS<sup>129</sup>, até junho de 2018 está prevista a apresentação desse Projeto de Lei sobre o Desenvolvimento da Zona do Ártico da Federação Russa e sobre a Criação de Zonas de Apoio no Território de Extremo Norte da Rússia pelo Ministério de Desenvolvimento Econômico<sup>130</sup>.

É relevante ressaltar a existência do *Государственная программа Российской Федерации “Охрана окружающей среды” на 2012 - 2020 годы* (Programa de Governo da Federação Russa de “Proteção Ambiental” para os anos de 2012-2020 (tradução livre)), cujo principal objetivo é o aumento do “nível de segurança ambiental e a conservação de sistemas naturais”.<sup>131</sup> Com isso, haverá, por exemplo, estímulos às sociedades empresárias para que as mesmas implementem tecnologias inovadoras que reduzam ou eliminem os efeitos negativos ao meio ambiente por meio da realização de programas de modernização ecológica da produção, bem como pela reabilitação ecológica dos respectivos territórios.<sup>132</sup>

Por fim, há que se mencionar a Estratégia Energética, adotada pelo governo da Federação Russa até 2030.<sup>133</sup> Seu principal objetivo consiste em maximizar tanto o uso dos recursos naturais energéticos, como o potencial do setor energético, de modo a garantir um crescimento econômico sustentável associado à melhora significativa dos níveis de qualidade de vida da população, além, obviamente, de fortalecer as posições econômicas externas da Federação Russa. Em realidade, apesar da inegável relevância para o desenvolvimento econômico e social da Federação Russa a produção e a exportação de hidrocarbonetos, verifica-se uma tentativa do governo de tornar essa produção sustentável ou, ao menos, menos agressiva ao meio ambiente.

## Considerações finais

Ao final desse panorama, pode-se adquirir consciência acerca dos movimentos legislativos russos desde o império até o momento atual na regulação do subsolo e, mais propriamente, na exploração do petróleo. Essa regulação ocorre por via da conjugação de diferentes leis, normas infralegais e acordos internacionais, o que, de certa forma, apresenta um mosaico legislativo que, em muito, dificulta o trato com o sistema jurídico russo no âmbito da pesquisa e exploração dos hidrocarbonetos. Falta um Direito do Petróleo que sistematize e organize a matéria, o que certamente contribuiria para conceder maior segurança jurídica aos investidores nacionais e estrangeiros.

## Bibliografia

ISAEV, Igor Andreevich. História do Estado e do Direito da Rússia (**История государства и права России**). Moscou: Jurist, 2004.

IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (**Горное право.**). Moscou: ПравоТЕК, 2010.

KVITKO, Roman. Aperfeiçoamento das Condições para Atrair Investidores na área de Uso de Subsolo. (tradução livre) (**Совершенствование условий привлечения инвесторов в недропользовании.**). Disponível em: <<https://zakon.ru/blog/2015/5/15/covershenstvo-vanie-uslovij-privlecheniya-investorov-v-ne-dropolzovanii>>. Acesso em: 10.04.2018.

MOROZOVA, Natalya; PATTERSON, Rob. Russia. *The Oil and Gas Law Review*, 5º ed., dez. 2017. Disponível em: <<https://thelawreviews.co.uk/edition/the-oil-and-gas-law-review-edition-5/1151509/russia>>. Acesso em: 10.04.2018.

PERCHIK, Aleksandr Ilích. Direito de Mineração. Dicionário. (**Горное право. Словарь.**). Moscou: Kvadratum, 2000.

PERCHIK, Aleksandr Ilích. Direito de Mineração (**Горное право.**). Moscou: Filologiya tri, 2002.

PILIASOV, Aleksandr Nikolaevich, ZAMIATINA, Nadezhda Yur'evna. O Direito do Ár-

tico da Rússia: como ele será? (tradução livre) (*Арктическое право России: Каким ему быть?*). Livro eletrônico. Disponível em: <[https://fictionbook.ru/author/a\\_n\\_pilyasov/rabochie\\_tetrad\\_i\\_vyipusk\\_1\\_arkticheskoe\\_read\\_online.htm](https://fictionbook.ru/author/a_n_pilyasov/rabochie_tetrad_i_vyipusk_1_arkticheskoe_read_online.htm)>. Acesso em: 03.04.2018.

PIVANOVA, Anna Vasil'evna. Análise Comparativa do Regulamento Jurídico da Produção de Petróleo e Gás na Plataforma Continental na República Federativa do Brasil e na Federação Russa. (tradução livre) (*Сравнительная характеристика правового регулирования добычи нефти и газа на континентальном шельфе в Федеративной Республике Бразилия и в Российской Федерации.*). Economia Teórica e Aplicada. (*Теоретическая и прикладная экономика*), n. 2, 2014. pp. 26-35. Disponível em: <[http://e-notabene.ru/etc/article\\_6246.html](http://e-notabene.ru/etc/article_6246.html)>. Acesso em: 04.04.2018.

PONOMAREV, K.S. Uso do subsolo e clima de investimento na Federação Russa: experiência pós-soviética. (tradução livre) (*Недропользование и инвестиционный климат в Российской Федерации: постсоветский опыт.*). Palestra proferida na Conferência Internacional em Cazaquistão no dia 28 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.zakon.kz/4862409-nedropol-zovanie-i-investicionnyj.html>>. Acesso em: 05.04.2018.

RACHKOV, Il'ya Vital'evich. Aplicação de Tratados de Investimentos Bilaterais pelos Tribunais Russos. (tradução livre) (*Применение двусторонних инвестиционных договоров российскими судами.*). Disponível em: <<http://отрасли-права.рф/article/18461>>. Acesso em: 12.04.2018.

ROMANOVA, Viktoriya Valer'evna. Sobre as peculiaridades do regime jurídico do petróleo e derivados. (tradução livre) (*Об особенностях правового режима нефти и нефтепродуктов.*) *Energeticheskoye Pravo* (Энергетическое право), n. 2, 2014. pp. 11-15.

ZERSCHIKOVA, Natalia Ivanovna. Peculiaridades da Aplicação dos Acordos de Partilha de Produção na Rússia. (tradução livre)

(*Особенности применения соглашений о разделе продукции в России*). Mudanças econômicas e sociais: fatos, tendências e prognóstico. (*Экономические и социальные перемены: факты, тенденции, прогноз*), n. 3, 2008. pp. 75-84.

### Artigos de jornais

KATKOVA, Ekaterina. Sanções Petrolíferas: a Rússia não tem como Perfurar. (tradução livre) (*Санкции на нефть: России нечем бурить.*). Disponível em: <<https://www.gazeta.ru/business/2018/03/15/11683075.shtml>>. Acesso em: 12.04.2018.

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO RUSSA TASS. A Lei sobre o Desenvolvimento do Ártico pode ser Analisada pelo Governo após as Eleições. (tradução livre) (Закон о развитии Арктики могут внести в правительство после выборов.). Disponível em: <<http://tass.ru/obschestvo/4931329>>. Acesso em: 12.04.2018.

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO RUSSA TASS. Membros da "OPEP+" analisarão em junho a possibilidade de prorrogação de acordo após 2018. (tradução livre) (Участники ОПЕК+ на встрече в июне обсудят возможность продления сделки после 2018 года.) Disponível em: <<http://tass.ru/ekonomika/5090392>>. Acesso em: 03.04.2018.

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO REUTERS. A Produção Diária de Petróleo na Federação Russa Atingiu seu Máximo de Trinta Anos em 2017. (tradução livre) (*Суточная добыча нефти в РФ выросла до максимума 30 лет в 17г.*) Disponível em: <<https://ru.reuters.com/article/businessNews/idRUKBN1ER-153-ORUBS>>. Acesso em: 23.03.2018.

## Referências

- 1 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 62.
- 2 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 63.
- 3 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 64.
- 4 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 64.
- 5 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 65.
- 6 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 65.
- 7 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 66.
- 8 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 67.
- 9 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 67.
- 10 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 67.
- 11 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 68.
- 12 Em 1839, foi elaborada a Инструкция о нефтяном промысле (Instrução sobre a exploração de petróleo (tradução livre)), que é considerada o primeiro documento normativo que expressamente trata do assunto. In: Aleksandr Il'ich Perchik. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 84
- 13 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. pp. 69-70.
- 14 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. pp. 69-73.
- 15 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 85.
- 16 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. pp. 85-86.
- 17 Министр Земледелия и Государственных Имуществ.
- 18 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 86.
- 19 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. pp. 87-88.
- 20 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. pp. 87-88.
- 21 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 91.
- 22 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 91.
- 23 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 92.
- 24 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 92.
- 25 ISAEV, Igor Andreevich. História do Estado e do Direito da Rússia (**История государства и права России**). Moscou: Jurist, 2004. pp. 632-633.
- 26 “Военный коммунизм”.
- 27 ISAEV, Igor Andreevich. História do Estado e do Direito da Rússia (**История государства и права России**). Moscou: Jurist, 2004. pp. 632-633.
- 28 ISAEV, Igor Andreevich. História do Estado e do Direito da Rússia (**История государства и права России**). Moscou: Jurist, 2004. p. 645.
- 29 A LEI DE MINERAÇÃO DA REPÚBLICA SOVIÉTICA SOCIALISTA RUSSA (**Горный закон РСФСР**) de 1928. “Artigo 1: O subsolo dentro do território da República Soviética Socialista Russa constitui a propriedade do estado operário-camponês e não pode ser objeto de propriedade privada ou cooperativa.” (tradução livre) (“1. Недра земли в пределах Р.С.Ф.С.Р. составляют собственность рабоче-крестьянского государства и не могут быть предметом ни частной, ни кооперативной собственности.”) Disponível em: <[http://www.libussr.ru/doc\\_ussr/ussr\\_3503.htm](http://www.libussr.ru/doc_ussr/ussr_3503.htm)>. Acesso em: 25.03.2018.
- 30 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 93.
- 31 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 93.
- 32 Совет Народных Комиссаров Союза ССР.
- 33 A LEI DE MINERAÇÃO DA REPÚBLICA SOVIÉTICA SOCIALISTA RUSSA. Disponível em: <[http://www.libussr.ru/doc\\_ussr/ussr\\_3503.htm](http://www.libussr.ru/doc_ussr/ussr_3503.htm)>. Acesso em: 25.03.2018.
- 34 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. pp. 95-96.
- 35 PERCHIK, Aleksandr Il'ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 100.
- 36 ПАКТО ФЕДЕРАТИВО. (**Федеративный Договор “О разграничении предметов ведения и полномочий между федеральными органами государственной власти Российской Федерации и органами власти автономной области, автономных округов в**

- составе Российской Федерации” от 31.03.1992). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_120322/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_120322/)>. Acesso em: 03.04.2018.
- 37 LEI FEDERAL DE SUBSOLO (Федеральный закон “О недрах” от 21.02.1992 N 2395-1 (ред. от 30.09.2017)). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_343/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_343/)>. Acesso em: 03.04.2018.
- 38 PERCHIK, Aleksandr Il’ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. pp.100-101.
- 39 LEI FEDERAL SOBRE ACORDOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO. (Федеральный закон “О соглашениях о разделе продукции” от 30.12.1995 N 225-ФЗ). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_8816/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_8816/)>. Acesso em: 04.04.2018.
- 40 LEI FEDERAL SOBRE PLATAFORMA CONTINENTAL (Федеральный закон “О континентальном шельфе Российской Федерации” от 30.11.1995 N 187-ФЗ.). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_8560/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_8560/)>. Acesso em: 04.04.2018.
- 41 LEI FEDERAL SOBRE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NA FEDERAÇÃO RUSSA. (Федеральный закон “Об иностранных инвестициях в Российской Федерации” от 9 июля 1999 года N 160-ФЗ). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_343/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_343/)>. Acesso em: 09.04.2018.
- 42 LEI DE SEGURANÇA INDUSTRIAL DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO PERIGOSA. (Федеральный закон “О промышленной безопасности опасных производственных объектов” от 21.07.1997 N 116-ФЗ (ред. от 07.03.2017) Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_15234/6e24082b0e98e57a-0d005f9c20016b1393e16380/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_15234/6e24082b0e98e57a-0d005f9c20016b1393e16380/)>. Acesso em: 04.04.2018.
- 43 LEI FEDERAL DE TARIFA ALFANDEGÁRIA. (Федеральный закон “О таможенном тарифе” от 21.05.1993 N 5003-1 (ред. от 28.12.2016)). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_1995/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_1995/)>. Acesso em: 04.04.2018.
- 44 [ROMANOVA, Viktoriya Valer’evna](#). Sobre as peculiaridades do regime jurídico do petróleo e derivados. (tradução livre) (Об особенностях правового режима нефти и нефтепродуктов.) *Energeticheskoye Pravo* (Энергетическое право), n. 2, 2014. p. 11.
- 45 [ROMANOVA, Viktoriya Valer’evna](#). Sobre as peculiaridades do regime jurídico do petróleo e derivados. (tradução livre) (Об особенностях правового режима нефти и нефтепродуктов.) *Energeticheskoye Pravo* (Энергетическое право), n. 2, 2014. p. 11.
- 46 PROJETO DE LEI FEDERAL SOBRE AS ESPECIFICIDADES DO VOLUME DE NEGÓCIOS DE PETRÓLEO E DERIVADOS DE PETRÓLEO NA FEDERAÇÃO RUSSA. (Проект Федерального закона “Об особенностях оборота нефти и нефтепродуктов в Российской Федерации”). Disponível em: <<http://www.consultant.ru/cons/cgi/online.cgi?req=doc&base=PR-I&n=147684#09286499949179585>>. Acesso em: 10.04.2018.
- 47 Дума.
- 48 Совет Федерации.
- 49 PERCHIK, Aleksandr Il’ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 161.
- 50 “Участки недр федерального значения”.
- 51 PERCHIK, Aleksandr Il’ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p.122.
- 52 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: PravoTEK, 2010. pp.168-169.
- 53 PERCHIK, Aleksandr Il’ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 131.
- 54 PERCHIK, Aleksandr Il’ich. Direito de Mineração (Горное право.). Moscou: Filologiya tri, 2002. p. 131.
- 55 RESOLUÇÃO DO GOVERNO DA FEDERAÇÃO RUSSA SOBRE A ENTRADA EM VIGOR DO REGULAMENTO SOBRE O PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DO USO DE SUBSOLO. (Постановление ВС РФ “О порядке введения в действие Положения о порядке лицензирования пользования недрами” от 15.07.1992 N 3314-1 (ред. от 05.04.2016)) Disponível em: <[www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_852/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_852/)>. Acesso em: 28.03.2018.
- 56 Аукцион.
- 57 Конкурс.
- 58 PERCHIK, Aleksandr Il’ich. Direito de Mineração. Dicionário. (Горное право. Словарь.). Moscou: Kvadratum, 2000. pp. 36-38.
- 59 PERCHIK, Aleksandr Il’ich. Direito de Mineração. Dicionário. (Горное право. Словарь.). Moscou: Kvadratum, 2000. pp. 146-147.
- 60 AGÊNCIA FEDERAL PARA USO DE SUBSOLO (ROSNEDRA). (tradução livre) (Федеральное агентство по недропользованию (Роснедра)). Disponível em: <[www.rosnedra.gov.ru/](http://www.rosnedra.gov.ru/)>. Acesso em: 29.03.2018.
- 61 MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS E ECOLOGIA. (tradução livre) (Министерство природных ресурсов и экологии Российской Федерации.) Disponível em: <[www.mnr.gov.ru/about/](http://www.mnr.gov.ru/about/)>. Acesso em: 08.04.2018.
- 62 RESOLUÇÃO DO GOVERNO DA FEDERAÇÃO RUSSA SOBRE A APROVAÇÃO DO REGULAMENTO SOBRE A AGÊNCIA FEDERAL PARA USO DE SUBSOLO. (tradução livre) (Постановление Правительства РФ “Об утверждении Положения о Федеральном агентстве по недропользованию” от 17.06.2004 N 293 (ред. от 07.07.2016)). Disponível em: <[www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_48132/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_48132/)>. Acesso em: 11.04.2018.
- 63 Além do Ministério dos Recursos Naturais e de Ecologia e da Agência Federal para Uso de Subsolo, há

outros órgãos e ministérios que regulam assuntos relevantes: Ministério de Energia, Ministério de Desenvolvimento Econômico, órgãos locais dos sujeitos da Federação Russa dentro da sua competência, entre outros.

64 LEI FEDERAL SOBRE OS ACORDOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO. Artigo 1. “Настоящий Федеральный закон, принятый в развитие законодательства Российской Федерации в области недропользования и инвестиционной деятельности, устанавливает правовые основы отношений, возникающих в процессе осуществления российских и иностранных инвестиций в поиски, разведку и добычу минерального сырья на территории Российской Федерации, а также на континентальном шельфе и (или) в пределах исключительной экономической зоны Российской Федерации на условиях соглашений о разделе продукции.”

65 ZERSCHIKOVA, Natalia Ivanovna. Peculiaridades da Aplicação dos Acordos de Partilha de Produção na Rússia. (tradução livre) (**Особенности применения соглашений о разделе продукции в России**). Mudanças econômicas e sociais: fatos, tendências e prognóstico. (Экономические и социальные перемены: факты, тенденции, прогноз), n. 3, 2008. pp.75-84, p.76.

66 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK, 2010. p.356.

67 CÓDIGO TRIBUTÁRIO DA FEDERAÇÃO RUSSA. (**Налоговый кодекс Российской Федерации от 05.08.2000 N 117-ФЗ** (ред. от 07.03.2018) (с изм. и доп., вступ. в силу с 01.04.2018). Глава 26.4. Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_28165/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_28165/)>. Acesso em:03.04.2018.

68 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK, 2010. p.357.

69 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK, 2010. pp.381-384.

70 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK, 2010. pp.384-387.

71 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK, 2010. p.363.

72 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK, 2010. pp.373-377.

73 ZERSCHIKOVA, Natalia Ivanovna. Peculiaridades da Aplicação dos Acordos de Partilha de Produção na Rússia. (tradução livre) (**Особенности применения соглашений о разделе продукции в России**). Mudanças econômicas e sociais: fatos, tendências e prognóstico. (Экономические и социальные перемены: факты, тенденции, прогноз), n. 3, 2008. pp.75-84, p.77.

74 **Харьгинское нефтяное месторождение.**

75 **Сахалин-1.**

76 **Сахалин-2.**

77 ZERSCHIKOVA, Natalia Ivanovna. Peculiaridades da Aplicação dos Acordos de Partilha de Produção na Rússia. (tradução livre) (**Особенности применения соглашений о разделе продукции в России**). Mudanças econômicas e sociais: fatos, tendências e prognóstico. (Экономические и социальные перемены: факты, тенденции, прогноз), n. 3, 2008. pp. 75-84, pp. 79-81.

78 PONOMAREV, K.S. Uso do subsolo e clima de investimento na Federação Russa: experiência pós-soviética. (tradução livre) (Недропользование и инвестиционный климат в Российской Федерации: постсоветский опыт.). Palestra proferida na Conferência Internacional no Cazaquistão no dia 28 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.zakon.kz/4862409-nedropolzovanie-i-investicionnyj.html>>. Acesso em: 05.04.2018.

79 PIVANOVA, Anna Vasil'evna. Análise Comparativa do Regulamento Jurídico da Produção de Petróleo e Gás na Plataforma Continental na República Federativa do Brasil e na Federação Russa. (tradução livre) (**Сравнительная характеристика правового регулирования добычи нефти и газа на континентальном шельфе в Федеративной Республике Бразилия и в Российской Федерации**). *Economia Teórica e Aplicada*. (Teоретическая и прикладная экономика), n. 2, 2014. pp. 26-35. Disponível em: <[http://e-notabene.ru/etc/article\\_6246.html](http://e-notabene.ru/etc/article_6246.html)>. Acesso em: 04.04.2018.

80 PIVANOVA, Anna Vasil'evna. Análise Comparativa do Regulamento Jurídico da Produção de Petróleo e Gás na Plataforma Continental na República Federativa do Brasil e na Federação Russa. (tradução livre) (**Сравнительная характеристика правового регулирования добычи нефти и газа на континентальном шельфе в Федеративной Республике Бразилия и в Российской Федерации**). *Economia Teórica e Aplicada*. (Teоретическая и прикладная экономика), n. 2, 2014. pp.26-35. Disponível em: <[http://e-notabene.ru/etc/article\\_6246.html](http://e-notabene.ru/etc/article_6246.html)>. Acesso em: 04.04.2018.

81 KVITKO, Roman. Aperfeiçoamento das Condições para Atrair Investidores na área de Uso de Subsolo. (tradução livre) (Совершенствование условий привлечения инвесторов в недропользовании.). Disponível em: <<https://zakon.ru/blog/2015/5/15/cover-shenstvovanie-uslovij-privlecheniya-investorov-v-ne-dropolzovani>>. Acesso em: 10.04.2018.

82 KVITKO, Roman. Aperfeiçoamento das Condições para Atrair Investidores na área de Uso de Subsolo. (tradução livre) (Совершенствование условий привлечения инвесторов в недропользовании.). Disponível em: <<https://zakon.ru/blog/2015/5/15/cover-shenstvovanie-uslovij-privlecheniya-investorov-v-ne-dropolzovani>>. Acesso em: 10.04.2018.

83 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK, 2010. pp. 330-331.

84 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. Direito de Mineração (Gornoe pravo.). Moscou: PravoTEK,

2010, pp. 331-333.

85 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. *Direito de Mineração (Горное право.)*. Moscou: PravoTEK, 2010, pp. 333-334.

86 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. *Direito de Mineração (Горное право.)*. Moscou: PravoTEK, 2010, 330-331.

87 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. *Direito de Mineração (Горное право.)*. Moscou: PravoTEK, 2010, 330-331.

88 **Налог на добычу полезных ископаемых.**

89 CÓDIGO TRIBUTÁRIO DA FEDERAÇÃO RUSSA. ([Налоговый кодекс Российской Федерации \(часть вторая\) от 05.08.2000 N 117-ФЗ \(ред. от 07.03.2018\) \(с изм. и доп., вступ. в силу с 01.04.2018\)](#)). Disponível em: <[www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_28165/e6d44e47786df6c9aabe-b01919ecdb24f6a2e7da/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_28165/e6d44e47786df6c9aabe-b01919ecdb24f6a2e7da/)>. Acesso em: 06.04.2018.

90 LEI FEDERAL DE TARIFA ALFANDEGÁRIA. (**Федеральный закон “О таможенном тарифе” от 21.05.1993 N 5003-1 (ред. от 28.12.2016)**). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_1995/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_1995/)>. Acesso em: 04.04.2018.

91 IZUMOV, Igor Vladimirovich. et ali. *Direito de Mineração (Горное право.)*. Moscou: PravoTEK, 2010, p.330.

92 LEI FEDERAL SOBRE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NA FEDERAÇÃO RUSSA. (**Федеральный закон “Об иностранных инвестициях в Российской Федерации” от 09.07.1999 N 160-ФЗ.**). Disponível em: <[www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_16283/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_16283/)>. Acesso em: 12.04.2018.

93 MOROZOVA, Natalya; PATTERSON, Rob. Russia. *The Oil and Gas Law Review*, 5º ed., dez 2017. Disponível em: <<https://thelawreviews.co.uk/edition/the-oil-and-gas-law-review-edition-5/1151509/russia>>. Acesso em: 10.04.2018.

94 MOROZOVA, Natalya; PATTERSON, Rob. Russia. *The Oil and Gas Law Review*, 5º ed., dez 2017. Disponível em: <<https://thelawreviews.co.uk/edition/the-oil-and-gas-law-review-edition-5/1151509/russia>>. Acesso em: 10.04.2018.

95 MOROZOVA, Natalya; PATTERSON, Rob. Russia. *The Oil and Gas Law Review*, 5º ed., dez 2017. Disponível em: <<https://thelawreviews.co.uk/edition/the-oil-and-gas-law-review-edition-5/1151509/russia>>. Acesso em: 10.04.2018.

96 “Участки недр федерального значения”.

97 Lista das partes do subsolo de importância federal atualizada no dia 29.03.2018. (**Перечень участков недр федерального значения” (ред. от 29.03.2018)**). Disponível em: <<http://legalacts.ru/doc/perechen-uchastkov-neдр-federalnogo-znachenija/>>. Acesso em: 05.04.2018.

98 RESOLUÇÃO DO GOVERNO DA FEDERAÇÃO RUSSA SOBRE A APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE REEMBOLSO DE DESPESAS PARA A PESQUISA E AVALIAÇÃO DA DESCOBERTA DE

MINERAIS, ASSIM COMO DE VALORES PAGOS DE ACORDO COM OS TERMOS DA LICENÇA COMBINADA POR MEIO DE UM PAGAMENTO ÚNICO PARA A UTILIZAÇÃO DO SUBSOLO ÀS PESSOAS AOS QUAIS FOI NEGADO O DIREITO DE USO DE SUBSOLO PARA A EXPLORAÇÃO E MINERAÇÃO NA ÁREA DE IMPORTÂNCIA FEDERAL, CONFORME O ARTIGO 2-1 DA LEI FEDERAL DE SUBSOLO. (tradução livre) (Постановление Правительства Российской Федерации “Об утверждении Положения о возмещении расходов на поиск и оценку открытого месторождения полезных ископаемых и суммы уплаченного в соответствии с условиями совмещенной лицензии разового платежа за пользование участком недр лицам, которым в соответствии с частью пятой статьи 2-1 Закона Российской Федерации “О недрах” отказано в предоставлении права пользования участком недр для разведки и добычи полезных ископаемых на участке недр федерального значения, и о выплате им вознаграждения” от 10 марта 2009 г. N 206 г. Москва.). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_85723/178e0e9c725e539f6c4cab39d391b-6227821c9a5/#dst100008](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_85723/178e0e9c725e539f6c4cab39d391b-6227821c9a5/#dst100008)>. Acesso em: 10.04.2018.

99 KVIТKO, Roman. Aperfeiçoamento das Condições para Atrair Investidores na área de Uso de Subsolo. (tradução livre) (**Совершенствование условий привлечения инвесторов в недропользовании.**). Disponível em: <[https://zakon.ru/blog/2015/5/15/sovershenstvovanie\\_usloviy\\_privlecheniya\\_investorov\\_v\\_nedropolzovanii](https://zakon.ru/blog/2015/5/15/sovershenstvovanie_usloviy_privlecheniya_investorov_v_nedropolzovanii)>. Acesso em: 10.04.2018.

100 PIVANOVA, Anna Vasil’evna. Análise Comparativa do Regulamento Jurídico da Produção de Petróleo e Gás na Plataforma Continental na República Federativa do Brasil e na Federação Russa. (tradução livre) (**Сравнительная характеристика правового регулирования добычи нефти и газа на континентальном шельфе в Федеративной Республике Бразилия и в Российской Федерации.**). *Economia Teórica e Aplicada*. (Teоретическая и прикладная экономика), n. 2, 2014, pp. 26-35. em: <[http://e-notabene.ru/etc/article\\_6246.html](http://e-notabene.ru/etc/article_6246.html)>. Acesso em: 04.04.2018.

101 PIVANOVA, Anna Vasil’evna. Análise Comparativa do Regulamento Jurídico da Produção de Petróleo e Gás na Plataforma Continental na República Federativa do Brasil e na Federação Russa. (tradução livre) (**Сравнительная характеристика правового регулирования добычи нефти и газа на континентальном шельфе в Федеративной Республике Бразилия и в Российской Федерации.**). *Economia Teórica e Aplicada*. (Teоретическая и прикладная экономика), n. 2, 2014, pp. 26-35. Disponível em: <[http://e-notabene.ru/etc/article\\_6246.html](http://e-notabene.ru/etc/article_6246.html)>. Acesso em: 04.04.2018.

102 *The Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards*. Disponível em: <<http://www.newyorkconvention.org/countries>>. Acesso em:

16.04.2018.

103 LEI DE ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL. (Федеральный закон “О международном коммерческом арбитраже” от 7 июля 1993 года N 5338-1.). Disponível em: <[www.consultant.ru/law/doc/5338/](http://www.consultant.ru/law/doc/5338/)>. Acesso em: 12.04.2018.

104 INVESTMENT POLICY HUB. Disponível em: <http://investmentpolicyhub.unctad.org/IIA/CountryBits/175#iiaInnerMenu>. Acesso em: 10.04.2018.

105 LEI FEDERAL SOBRE OS ACORDOS INTERNACIONAIS DA FEDERAÇÃO RUSSA. (Федеральный закон “О международных договорах Российской Федерации” от 15.07.1995 N 101-ФЗ.) Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_7258/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_7258/)>. Acesso em: 03.04.2018.

106 RACHKOV, Il'ya Vital'evich. Aplicação de Tratados de Investimentos Bilaterais pelos Tribunais Russos. (tradução livre) (Применение двусторонних инвестиционных договоров российскими судами.). Disponível em: <<http://отрасли-права.рф/article/18461>>. Acesso em: 12.04.2018.

107 RACHKOV, Il'ya Vital'evich. Aplicação de Tratados de Investimentos Bilaterais pelos Tribunais Russos. (tradução livre) (Применение двусторонних инвестиционных договоров российскими судами.). Disponível em: <<http://отрасли-права.рф/article/18461>>. Acesso em: 12.04.2018.

108 MOROZOVA, Natalya; PATTERSON, Rob. Russia. *The Oil and Gas Law Review*, 5º ed., dez 2017. Disponível em: <<https://thelawreviews.co.uk/edition/the-oil-and-gas-law-review-edition-5/1151509/russia>>. Acesso em: 10.04.2018.

109 MOROZOVA, Natalya; PATTERSON, Rob. Russia. *The Oil and Gas Law Review*, 5º ed., dez 2017. Disponível em: <<https://thelawreviews.co.uk/edition/the-oil-and-gas-law-review-edition-5/1151509/russia>>. Acesso em: 10.04.2018.

110 Deve-se ressaltar ainda que as sanções setoriais que foram aplicadas e ainda estão em vigência contra a Federação Russa dificultam sua economia. Tais sanções, como menciona Ekaterina Katkova, começaram a ser introduzidas em etapas a partir de 2014. Entre outras limitações, há a proibição de fornecimento de equipamentos à Rússia para exploração e produção de petróleo na plataforma continental em profundidade maior de 150 metros e para o desenvolvimento de exploração de rochas de xisto. Em 2017, foram introduzidas sanções adicionais que proíbem o fornecimento de certos bens e tecnologias, havendo, ainda, a possibilidade de serem impostas restrições aos oleodutos de exportação. Devido às sanções, alguns investidores estrangeiros, se recusaram a manter a participação em alguns projetos *offshore* em andamento, como, por exemplo, a Exxon Mobil que atuava <sup>em conjunto com a Rosneft.</sup> Em razão das sanções dos EUA e da EU mais de 10 projetos de petróleo *offshore* foram congelados

\*, com isso, segundo especialistas, a produção de petróleo na Rússia pode cair de 5 a 10% até 2025, implicando uma possível perda no orçamento de 150 bilhões de rublos. In: Ekaterina Katkova. Sanções Petrolíferas: a Rússia não tem como Perfurar. (tradução livre) (Санкции на нефть: России нечем бурить.). Disponível em: <<https://www.gazeta.ru/business/2018/03/15/11683075.shtml>>.

<[www.gazeta.ru/business/2018/03/15/11683075.shtml](https://www.gazeta.ru/business/2018/03/15/11683075.shtml)>.

Acesso em: 12.04.2018.

111 MOROZOVA, Natalya; PATTERSON, Rob. Russia. *The Oil and Gas Law Review*, 5º ed., dez 2017. Disponível em: <<https://thelawreviews.co.uk/edition/the-oil-and-gas-law-review-edition-5/1151509/russia>>. Acesso em: 10.04.2018.

112 Росстат.

113 AGÊNCIA FEDERAL RUSSA DE ESTATÍSTICA, ROSSTAT. Segundo Rosstat, a média de produção diária foi de 10,764 milhões de barris em janeiro de 2017; 9,671 em fevereiro; 10, 655 em março; 10,237 em abril; 10,508 em maio; 10,183 em junho; 10,649 em julho; 10,608 em agosto; 10,174 em setembro; 10,529 em outubro; 10,126 em novembro e 10,582 em dezembro. Disponível em: <[http://www.gks.ru/bgd/free/B04\\_03/IssWWW.exe/Stg/d02/104.htm](http://www.gks.ru/bgd/free/B04_03/IssWWW.exe/Stg/d02/104.htm)>; <[http://www.gks.ru/bgd/free/B04\\_03/IssWWW.exe/Stg/d02/174.htm](http://www.gks.ru/bgd/free/B04_03/IssWWW.exe/Stg/d02/174.htm)>; <[http://www.gks.ru/bgd/free/B04\\_03/IssWWW.exe/Stg/d03/237.htm](http://www.gks.ru/bgd/free/B04_03/IssWWW.exe/Stg/d03/237.htm)>; <[http://www.gks.ru/bgd/free/B04\\_03/IssWWW.exe/Stg/d03/39.htm](http://www.gks.ru/bgd/free/B04_03/IssWWW.exe/Stg/d03/39.htm)>. Acesso em 23.03.2018.

114 AGÊNCIA FEDERAL RUSSA DE ESTATÍSTICA ROSSTAT. Disponível em: <[http://www.gks.ru/bgd/free/B04\\_03/IssWWW.exe/Stg/d03/39.htm](http://www.gks.ru/bgd/free/B04_03/IssWWW.exe/Stg/d03/39.htm)>. Acesso em 23.03.2018.

115 AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO REUTERS. A Produção Diária de Petróleo na Federação Russa atingiu seu Máximo de Trinta Anos em 2017. (tradução livre) (Суточная добыча нефти в РФ выросла до максимума 30 лет в 17г.) Disponível em: <<https://ru.reuters.com/article/businessNews/idRUKBN1ER-153-ORUBS>>. Acesso em: 23.03.2018.

116 ORGANIZAÇÃO DE PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO. *OPEC and non-OPEC Ministerial Meeting*. Disponível em: <[http://www.opec.org/opec\\_web/en/press\\_room/3944.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/press_room/3944.htm)>. Acesso em: 23.03.2018.

117 ORGANIZAÇÃO DE PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO. *2nd OPEC and non-OPEC Ministerial Meeting concludes*. Disponível em: <[http://www.opec.org/opec\\_web/en/press\\_room/4306.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/press_room/4306.htm)>. Acesso em: 23.03.2018.

118 TACC.

119 AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO RUSSA TASS. Membros da “OPEP+” analisarão em junho a possibilidade de prorrogação de acordo após 2018. (tradução livre) (Участники ОПЕК+ на встрече в июне обсудят возможность продления сделки после 2018 года.) Disponível em: <<http://tass.ru/ekonomika/5090392>>. Acesso em: 03.04.2018.

120 AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO RUSSA TASS. Membros da “OPEP+” analisarão em junho a possibilidade de prorrogação de acordo após 2018. (tradução livre) (Участники ОПЕК+ на встрече в июне обсудят возможность продления сделки после 2018 года.) Disponível em: <<http://tass.ru/ekonomika/5090392>>. Acesso em: 03.04.2018.

121 ORGANIZAÇÃO DE PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO. *Declaration of Cooperation*. Disponível em: <[http://www.opec.org/opec\\_web/en/press\\_room/4696.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/press_room/4696.htm)>. Acesso em: 23.03.2018.

122 OS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DO ESTADO DA FEDERAÇÃO RUSSA NO ÁRTICO ATÉ 2020 E ALÉM. (tradução livre) (“Основы государственной политики Российской Федерации в Арктике на период до 2020 года и дальнейшую перспективу” (утв. Президентом РФ 18.09.2008)). Disponível em: <www.consultant.ru/document/cons\_doc\_LAW\_119442/>. Acesso em: 10.04.2018.

123 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA DO ÁRTICO DA FEDERAÇÃO RUSSA E A GARANTIA DA SEGURANÇA NACIONAL PARA O PERÍODO ATÉ 2020. (tradução livre) (“Стратегия развития Арктической зоны Российской Федерации и обеспечения национальной безопасности на период до 2020 года”). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_142561/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_142561/)>. Acesso em: 10.04.2018.

124 PROGRAMA ESTATAL SOBRE “O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DA ZONA ÁRTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA”. (tradução livre) (Государственная программа Российской Федерации “Социально-экономическое развитие Арктической зоны Российской Федерации на период до 2020 года”). Disponível em: <[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_148920/43c22eb794a5a70b9d5480e14241ff53c3ac141a/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_148920/43c22eb794a5a70b9d5480e14241ff53c3ac141a/)>. Acesso em: 10.04.2018.

125 RESOLUÇÃO DO GOVERNO DA FEDERAÇÃO RUSSA SOBRE A APROVAÇÃO DO REGULAMENTO QUE TRATA DA COMISSÃO GOVERNAMENTAL PARA ANALISAR QUESTÕES RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DO ÁRTICO. (tradução livre) (Постановление Правительства РФ “Об утверждении Положения о Государственной комиссии по вопросам развития Арктики” от 14 марта 2015 г. N 228). Disponível em: <<http://base.garant.ru/70901032/#ixzz5OM4dJn4t>>. Acesso em: 12.04.2018.

126 MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. (Ministerstvo ekonomicheskogo razvitiya Rossiyskoy Federatsii.) Disponível em: <<http://economy.gov.ru/minec/activity/sections/arctic/comission/index>>. Acesso em: 12.04.2018.

127 PILLASOV, Aleksandr Nikolaevich, ZAMIATINA, Nadezhda Yur'evna. O Direito do Ártico da Rússia: como ele será? (tradução livre) (Арктическое право России: Каким ему быть?). Livro eletrônico. Disponível em: <[https://fictionbook.ru/author/a\\_n\\_pilyasov/rabochie\\_tetradi\\_vyipusk\\_1\\_arkticheskoe\\_/read\\_online.htm](https://fictionbook.ru/author/a_n_pilyasov/rabochie_tetradi_vyipusk_1_arkticheskoe_/read_online.htm)>. Acesso em: 03.04.2018.

128 PILLASOV, Aleksandr Nikolaevich, ZAMIATINA, Nadezhda Yur'evna. O Direito do Ártico da Rússia: como ele será? (tradução livre) (Арктическое право России: Каким ему быть?). Livro eletrônico. Disponível em: <[https://fictionbook.ru/author/a\\_n\\_pilyasov/rabochie\\_tetradi\\_vyipusk\\_1\\_arkticheskoe\\_/read\\_online.htm](https://fictionbook.ru/author/a_n_pilyasov/rabochie_tetradi_vyipusk_1_arkticheskoe_/read_online.htm)>. Acesso em: 03.04.2018.

129 AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO RUSSA TASS. A Lei sobre o Desenvolvimento do Ártico pode ser Analisada pelo Governo após as Eleições. (tradução

livre) (Закон о развитии Арктики могут внести в правительство после выборов.). Disponível em: <<http://tass.ru/obschestvo/4931329>>. Acesso em: 12.04.2018.

130 MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. (Ministerstvo ekonomicheskogo razvitiya Rossiyskoy Federatsii.) Disponível em: <<http://economy.gov.ru/minec/main>>. Acesso em: 10.04.2018.

131 PROGRAMA DO GOVERNO RUSSO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA OS ANOS 2012-2020. (tradução livre) (Государственная программа Российской Федерации “Охрана окружающей среды” на 2012 - 2020 годы.). Disponível em: <[www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_162183/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_162183/)>. Acesso em: 13.04.2018.

132 PROGRAMA GOVERNAMENTAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA OS ANOS 2012-2020. (tradução livre) (Государственная программа Российской Федерации “Охрана окружающей среды” на 2012 - 2020 годы.). Disponível em: <[www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_162183/](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_162183/)>. Acesso em: 13.04.2018.

133 ESTRATÉGIA ENERGÉTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA ATÉ 2030. (tradução livre) (Энергетическая стратегия России на период до 2030 года.). Disponível em: <<https://minenergo.gov.ru/node/1026>>. Acesso em: 10.04.2018.